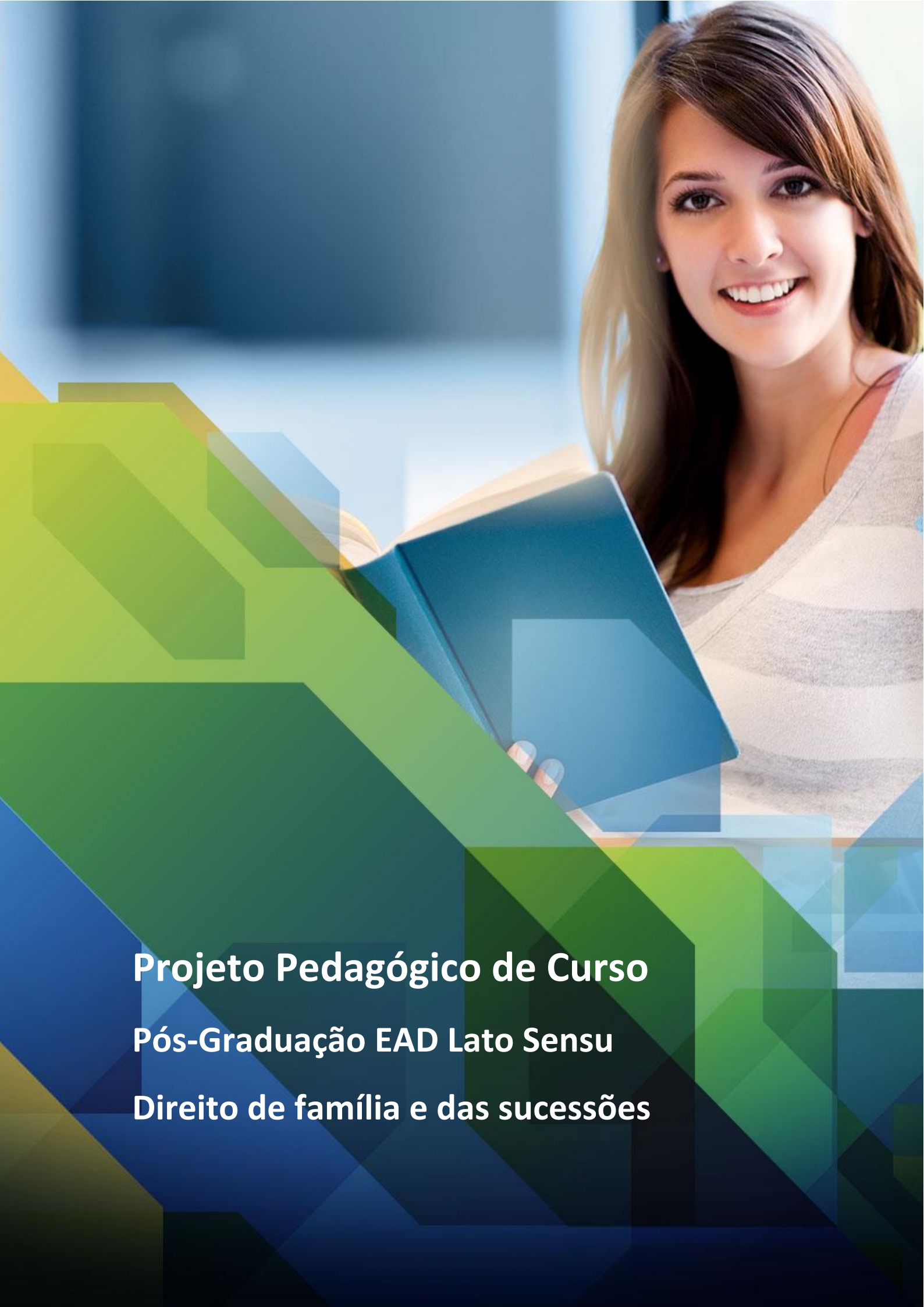




Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação EAD Lato Sensu

Direito de família e das sucessões

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2.	Características Técnicas do Curso	3
3.	Público Alvo	3
4.	Critérios de Seleção.....	4
5.	Justificativa do curso	4
6.	Objetivos do curso.....	4
7.	Competências e habilidades do curso.....	4
8.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9.	Estágio Não Obrigatório	7
10.	Matriz Curricular	8
11.	Carga Horária.....	9
12.	Conteúdo programático	9
13.	Infraestrutura Física e Pedagógica	19

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito de família e das sucessões

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação CAPES: Direito

Área do Conhecimento (CAPES): Direito Civil (60103019), Direito Processual Civil (60102047) e Direitos Especiais (60104007)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 100

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso se destina a Advogados, defensores públicos, promotores de justiça, magistrados e demais operadores jurídicos que atuem na área Direito de Família e das Sucessões; Profissionais de nível superior que atuem ou pretendam atuar em órgãos públicos, em empresas privadas que prestem serviços ou que façam parcerias com órgãos governamentais, em organizações do terceiro setor, movimentos sociais ou mesmo no ensino superior; servidores públicos e profissionais da área de Justiça, que objetivem iniciar e aprofundar estudos.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

O Curso analisa o fenômeno pós-moderno e na visão interdisciplinar e multicultural do Direito de Família e Sucessões, procurando passar por todas as categorias jurídicas e desafios contemporâneos relativos à tais ramos. Entre as categorias estudadas destacam-se o casamento, a união estável, as novas entidades familiares, as formas de parentesco e a filiação na pós-modernidade, os alimentos, o bem de família, a sucessão legítima e testamentária. Sem prejuízo à formação jurídica, são abordadas as interações entre tais institutos e outras áreas do conhecimento, caso do próprio Direito, da filosofia, da sociologia e da psicologia. Temas recentes como a multiparentalidade, a união homoafetiva, a mediação familiar, o parto anônimo, a alienação parental, os abandonos afetivos, entre outros, são estudados neste curso, com a devida profundidade.

6. Objetivos do curso

O curso procura conciliar a teoria e a prática, demonstrando os principais desafios relativos ao Direito de Família e das Sucessões, trazendo ao aluno ferramentas efetivas para atuação nesses ramos jurídicos.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Reflexão dos problemas relacionados ao Direito de Família e das Sucessões e as demais áreas de atendimento das pessoas envolvidas com essas causas, buscando solução rápida e mais adequada; Conciliar a teoria e a prática, o conteúdo e a didática de forma única na resolução dos conflitos seja na seara judicial ou extrajudicial como efetivação da justiça.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos

- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da

análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Introdução ao direito de família	0h	40h	40h
Direito de família e casamento	0h	40h	40h

Direito de família e convivência. As uniões homoafetivas	0h	40h	40h
Direito de família e relações de parentalidade	0h	40h	40h
Temas avançados de direito de família. Alimentos, direito assistencial e bem de família	0h	40h	40h
Direito das sucessões. Conceitos iniciais sucessórios	0h	40h	40h
Direito das sucessões e sucessão legítima	0h	40h	40h
Direito das sucessões, sucessão testamentária, inventário e partilha	0h	40h	40h
Direito de família e das sucessões em uma visão multicultural	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal.

Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Introdução ao direito de família

Ementa: Conceito de Direito de Família. Princípios constitucionais e materiais do Direito de Família Contemporâneo. Concepção constitucional de família e novas entidades familiares. Conceito de casamento, natureza jurídica e princípios fundamentais. Capacidade matrimonial, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento. Invalidade do casamento: Casamento inexistente, casamento nulo e casamento anulável (hipóteses, efeitos e procedimentos). Celebração, prova e efeitos existenciais do casamento.

Conteúdo Programático 1: Conceito de Direito de Família. Princípios constitucionais e materiais do Direito de Família Contemporâneo.

Conteúdo Programático 2: Concepção constitucional de família e novas entidades familiares.

Conteúdo Programático 3: Conceito de casamento e natureza jurídica. Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento. Invalidade do casamento: Casamento inexistente, casamento nulo e casamento anulável.

Conteúdo Programático 4: Celebração, prova e efeitos existenciais do casamento.

Bibliografia Básica:

DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 6ª Edição. São Paulo: RT, 2016.

LÔBO, P. Famílias. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 5. Direito de Família. 9ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2016.

Demais referências:

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. Direito das Famílias. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

HIRONAKA, G. M. F. N. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: RT.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEREIRA, R. C. Divórcio. Rio de Janeiro: GZ

Disciplina: Direito de família e casamento

Ementa: Regime de Bens: conceito, princípios, pacto antenupcial, outorga conjugal e aplicação da Boa-fé Objetiva ao Casamento. Regime de Bens: Regras especiais, modalidades e alteração de regime de bens. Dissolução do casamento: separação e divórcio após a Emenda Constitucional 66/2010 (Aspectos materiais e Responsabilidade Civil na extinção do Casamento). Dissolução do casamento: (Aspectos Processuais). Separação e Divórcio extrajudiciais

Conteúdo Programático 1: Regime de Bens: conceito, princípios, pacto antenupcial, outorga conjugal e aplicação da Boa-fé Objetiva ao Casamento.

Conteúdo Programático 2: Regime de Bens: Regras especiais, modalidades e alteração de regime de bens.

Conteúdo Programático 3: Dissolução do casamento: separação e divórcio após a Emenda Constitucional 66/2010 (Aspectos materiais e Responsabilidade Civil na extinção do Casamento).

Conteúdo Programático 4: Dissolução do casamento: (Aspectos Processuais). Separação e Divórcio extrajudiciais.

Bibliografia Básica:

DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 6ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

LÔBO, P. Famílias. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 5. Direito de Família. 9ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014.

Demais referências:

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. Direito das Famílias. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

HIRONAKA, G. M. F. N. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: RT.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEREIRA, R. C. Divórcio. Rio de Janeiro: GZ

Disciplina: Direito de família e convivência. As uniões homoafetivas

Ementa: União estável: conceito, requisitos, aspectos materiais e processuais. Diferenças entre União Estável e Concubinato. Direitos da amante e as uniões estáveis plúrimas ou paralelas. A união homoafetiva no Direito Brasileiro: conceito, efeitos e repercussões práticas. Aspectos práticos da ação de reconhecimento, conversão em casamento e dissolução da união estável.

Conteúdo Programático 1: Dissolução do casamento: (Aspectos Processuais). Separação e Divórcio extrajudiciais

Conteúdo Programático 2: Diferenças entre União Estável e Concubinato. Direitos da amante e as uniões estáveis plúrimas ou paralelas

Conteúdo Programático 3: A união homoafetiva no Direito Brasileiro: conceito, efeitos e repercussões práticas

Conteúdo Programático 4: Aspectos práticos da ação de reconhecimento, conversão em casamento e dissolução da união estável

Bibliografia Básica:

DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 6ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

LÔBO, P. Famílias. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 5. Direito de Família. 9ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014.

Demais referências:

AZEVEDO, A. V. Estatuto da Família de Fato. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

HIRONAKA, G. M. F. N. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: RT, 2008.

MADALENO, R. Curso de Direito de Família. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009

PEREIRA, R. C. Concubinato e União Estável. 7ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

Disciplina: Direito de família e relações de parentalidade

Ementa: Parentesco e filiação: Noções, histórico, espécies, contagem de graus, modalidades (filiação jurídica e biológica e socioafetiva) consequências jurídicas. A parentalidade socioafetiva como forma de parentesco civil: aspectos sociais, jurídicos e psicológicos. Questão da multiparentalidade. Reconhecimento de filho: voluntário e judicial. Aspectos teóricos e práticos quanto às ações investigatória e negatória de parentalidade. Poder Familiar e guarda: noção,

direitos, suspensão, destituição e extinção. Formas de guarda no exercício do poder familiar. A guarda compartilhada. Alienação parental e parto anônimo. Colocação em família substituta: aspectos da adoção nacional (adoção da criança e do adolescente; adoção de adulto; adoção post mortem) e internacional. Direito a antecedência genética.

Conteúdo Programático 1: Parentesco e filiação: Noções, histórico, espécies, contagem de graus, modalidades (filiação jurídica e biológica e socioafetiva) consequências jurídicas. A parentalidade socioafetiva como forma de parentesco civil: aspectos sociais, jurídicos e psicológicos. Questão da multiparentalidade

Conteúdo Programático 2: Reconhecimento de filho: voluntário e judicial. Aspectos teóricos e práticos quanto às ações investigatória e negatória de parentalidade

Conteúdo Programático 3: Poder Familiar e guarda: noção, direitos, suspensão, destituição e extinção. Formas de guarda no exercício do poder familiar. A guarda compartilhada. Alienação parental e parto anônimo

Conteúdo Programático 4: Colocação em família substituta: aspectos da adoção nacional (adoção da criança e do adolescente; adoção de adulto; adoção post mortem) e internacional. Direito a antecedência genética

Bibliografia Básica:

DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 6ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

LÔBO, P. Famílias. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 5. Direito de Família. 9ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014.

Demais referências:

AZEVEDO, A. V. Estatuto da Família de Fato. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

HIRONAKA, G. M. F. N. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: RT, 2008.

MADALENO, R. Curso de Direito de Família. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009

PEREIRA, R. C. Concubinato e União Estável. 7ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

Disciplina: Temas avançados de direito de família. Alimentos, direito assistencial e bem de família

Ementa: Alimentos: conceito, pressupostos, características e modalidades. Novas categorias alimentares: alimentos compensatórios, alimentos gravídicos, alimentos pós-divórcio. Aspectos Materiais e Processuais da ação de alimentos (teoria e prática). A prisão civil do devedor de

alimentos. Direito Assistencial - tutela e curatela: noção, espécies, legitimação, recusa, remoção e extinção. Procedimento de interdição. Bem de Família no CC/2002 e na Lei n. 8.009/1990

Conteúdo Programático 1: Alimentos: conceito, pressupostos, características e modalidades. Novas categorias alimentares: alimentos compensatórios, alimentos gravídicos, alimentos pós-divórcio

Conteúdo Programático 2: Aspectos Materiais e Processuais da ação de alimentos (teoria e prática). A prisão civil do devedor de alimentos

Conteúdo Programático 3: Direito Assistencial - tutela e curatela: noção, espécies, legitimação, recusa, remoção e extinção. Procedimento de interdição

Conteúdo Programático 4: Bem de Família: definição e terminologia (análise constitucional). Regulamentação do Código Civil de 2002 e na Lei n. 8.009/1990

Bibliografia Básica:

DIAS, M. B. Manual de Direito das Famílias. 6ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

LÔBO, P. Famílias. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 5. Direito de Família. 9ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014

Demais referências:

AZEVEDO, A. V. Bem de Família. Comentários à Lei 8.009/1990. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

CAHALI, Y. S. Dos Alimentos. 6ª Edição. São Paulo: RT, 2009.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. 25ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. Direito das Famílias. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

MADALENO, R. Curso de Direito de Família. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Disciplina: Direito das sucessões. Conceitos iniciais sucessórios

Ementa: Conceitos e princípios fundamentais. Fundamentos do Direito das Sucessões. A herança e sua administração. Excluídos da Sucessão: Indignidade sucessória e deserdação. A questão do sucessor aparente. O pacto sucessório. Aceitação e renúncia à herança. Petição de Herança. Cessão de Direitos Hereditários e seus aspectos controvertidos. Herança jacente e vacante.

Conteúdo Programático 1: Conceitos e princípios fundamentais. Fundamentos do Direito das Sucessões. A herança e sua administração

Conteúdo Programático 2: Ordem de Vocação Hereditária e herdeiros necessários. Modalidades de herdeiros (capacidade). Embriões e material genético crio-conservado

Conteúdo Programático 3: Excluídos da Sucessão: Indignidade sucessória e deserdação. A questão do sucessor aparente e o pacto sucessório

Conteúdo Programático 4: Aceitação e renúncia à herança. Petição de Herança. Cessão de Direitos Hereditários e seus aspectos controvertidos. Herança jacente e vacante

Bibliografia Básica:

HIRONAKA, G. M. F. N. Comentários ao Código Civil. Vol. 20. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 6. Direito das Sucessões. 7ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014.

VELOSO, Z. Direito hereditário do cônjuge e do companheiro. São Paulo: Saraiva, 2010

Demais referências:

CAHALI, F. J.; HIRONAKA, G. M. F. Direito das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo: RT, 2007.

DIAS, M. B. Manual das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões. 24ª Edição. São Paulo; Saraiva, 2010.

GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

VELOSO, Z. Código Civil Comentado. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: Direito das sucessões e sucessão legítima

Ementa: Sucessão Legítima - Concorrência sucessória do cônjuge com os descendentes do falecido e seus aspectos controvertidos. Sucessão Legítima - Concorrência sucessória dos companheiros seus aspectos controvertidos. Sucessão Legítima - Sucessão dos ascendentes. Sucessão dos colaterais. Da ausência: noções e procedimentos (arrecadação, sucessão provisória e definitiva).

Conteúdo Programático 1: Sucessão Legítima - Concorrência sucessória do cônjuge com os descendentes do falecido e seus aspectos controvertidos

Conteúdo Programático 2: Sucessão Legítima - Concorrência sucessória dos companheiros e seus aspectos controvertidos

Conteúdo Programático 3: Sucessão Legítima - Sucessão dos ascendentes. Sucessão dos colaterais

Conteúdo Programático 4: Da ausência: noções e procedimentos (arrecadação, sucessão provisória e definitiva)

Bibliografia Básica:

HIRONAKA, G. M. F. N. Comentários ao Código Civil. Vol. 20. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 6. Direito das Sucessões. 7ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014.

VELOSO, Z. Direito hereditário do cônjuge e do companheiro. São Paulo: Saraiva, 2010

Demais referências:

CAHALI, F. J.; HIRONAKA, G. M. F. Direito das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo: RT, 2007.

DIAS, M. B. Manual das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões. 24ª Edição. São Paulo; Saraiva, 2010.

GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

VELOSO, Z. Código Civil Comentado. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010

Disciplina: Direito das sucessões, sucessão testamentária, inventário e partilha.

Ementa: Conceito de testamento, seu conteúdo e suas modalidades e codicilo. Revogação e Rompimento do Testamento. Cláusulas testamentárias, interpretação e integração do testamento. A polêmica do testamento vital ou biológico. Planejamento sucessório. Sucessão e processo civil: inventário e partilha. Inventário e partilha extrajudiciais. Pagamento de Dívidas no Inventário (encargos da herança). Dissolução do condomínio hereditário: Sonegados, Colação e sobrepartilha. Direito de acrescer e Redução das disposições testamentárias (Doações Inoficiosas).

Conteúdo Programático 1: Conceito de testamento, seu conteúdo e suas modalidades e codicilo. Revogação e Rompimento do Testamento

Conteúdo Programático 2: Cláusulas testamentárias, interpretação e integração do testamento. A polêmica do testamento vital ou biológico. Planejamento sucessório

Conteúdo Programático 3: Sucessão e processo civil: inventário e partilha. Inventário e partilha extrajudiciais. Pagamento de Dívidas no Inventário (encargos da herança)

Conteúdo Programático 4: Dissolução do condomínio hereditário: Sonegados, Colação e sobrepartilha. Direito de acrescer e Redução das disposições testamentárias (Doações Inoficiosas)

Bibliografia Básica:

AMORIM, S.; OLIVEIRA, E. Inventário e Partilha. 22ª Edição. São Paulo: LEUD, 2010.

CAHALI, F. J.; HIRONAKA, G. M. F. Direito das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo: RT, 2007.

TARTUCE, F. Direito Civil. Vol. 6. Direito das Sucessões. 7ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2014.

Demais referências:

DIAS, M. B. Manual das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo: RT, 2010.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões. 24ª Edição. São Paulo; Saraiva, 2010.

GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

VELOSO, Z. Código Civil Comentado. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, S. S. Direito Civil. Direito das Sucessões. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Direito de família e das sucessões em uma visão multicultural

Ementa: Mediação no Direito de Família: teoria e prática. Contratos, Direito de Família e Direito das Sucessões. Direito de Família. Direito Penal e Direito de Família. Lei Maria da Penha: Questões Teóricas e Práticas. Questões Notariais e Registrais relativas ao Direito de Família e das Sucessões. Proteção Familiar: aspectos quanto a proteção do idoso e da criança e adolescente.

Conteúdo Programático 1: Mediação no Direito de Família: teoria e prática. Contratos, Direito de Família e Direito das Sucessões. Direito de Família

Conteúdo Programático 2: Direito Penal e Direito de Família. Lei Maria da Penha: Questões Teóricas e Práticas

Conteúdo Programático 3: Questões Notariais e Registrais relativas ao Direito de Família e das Sucessões

Conteúdo Programático 4: Proteção Familiar: aspectos quanto a proteção do idoso e da criança e adolescente

Bibliografia Básica:

HIRONAKA, G. M. F. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: RT, 2008.

TARTUCE, F. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2008.

SCALQUETTE, A. C. Estatuto da Reprodução Assistida. São Paulo: Saraiva.

Demais referências:

BRANDELLI, L. Teoria Geral do Direito Notarial. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

DOLINGER, J. Direito Internacional Privado. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PINTO, R. B.; CUNHA, R. S. Violência Doméstica. 2ª Edição. São Paulo: RT, 2008.

TARTUCE, F.; SIMÃO, J. F. Direito Civil. Vol. 6. Direito das Sucessões. 3ª Edição. São Paulo. GEN/Método, 2010.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

